



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

RELATÓRIO DE INDICADORES E METAS – 2016





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Documento:	Relatório de Indicadores e Metas de 2016
Versão e data:	1.0, de 2/3/2017
Responsável:	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Conteúdo:	Original
Versão e data:	1.1, de 10/3/2017
Responsável:	Ana Valéria Santos Cavalcante
Conteúdo:	Retificações de indicadores, após atualização do SIGEST, e análises
Versão e data:	1.2, de 13/3/2017
Responsável:	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Conteúdo:	Inserção de elementos do relatório de resultados da JT; de fórmulas simplificadas dos indicadores; retificação de quadro do IAM; complementação de análises.
Versão e data:	1.3, de 5/5/2017
Responsável:	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa & Ana Valéria Santos Cavalcante
Conteúdo:	Inserção do resultado do iGovPessoas; retificação do grau de cumprimento do IPJ e do quadro do IAM; esclarecimento de dissonâncias com relatórios nacionais; complementação de análises e correção de erros de digitação.
Versão e data:	1.4, de 28/6/2017
Responsável:	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Conteúdo:	Inserção do resultado do iGovTI; retificação do quadro do IAM;



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**

O processo de acompanhamento de resultados do Plano Estratégico do TRT7, das Metas Nacionais do CNJ e das Metas da Justiça do Trabalho (JT) do CSJT se deu através do Sistema de Metas Nacionais – CNJ e do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST) – CSJT.

Em 2016, apesar de aspectos conjunturais e organizacionais desafiadores, em especial as restrições orçamentárias e de reposição de pessoal, o TRT7 conseguiu resultados significativos, tendo cumprido cinco de onze metas mensuradas e alcançado graus de cumprimento limítrofes (superiores a 98%) em outras duas.

Apresentam-se, a seguir, os resultados do TRT7 em 2016, organizados separadamente entre os correspondentes às metas nacionais do CNJ, às metas do CNJ específicas (para a JT) e às metas exclusivamente constantes dos planos da JT e do PEI TRT7. Os indicadores referidos, à exceção dos iGovs (de apuração bianual, conforme os levantamentos do TCU), têm periodicidade de mensuração mensal.

Indicaram-se, ainda, as metas da JT e do Plano Estratégico do TRT7 correlatas às metas nacionais do Poder Judiciário Brasileiro.

Registre-se que o Relatório de Resultados do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, de 2016, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do CSJT e divulgado a 10/3/2017 apresentou valores divergentes (inferiores) aos aqui indicados para três metas do CNJ: 1 (IPJ) – 6JT, 2 (IPA) – 7JT, 6 (IACJ1) – 8.1JT; e uma da JT: 13 (IAM), o que se deu em razão de sua elaboração previamente a retificações de dados realizadas de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, que redundaram nos dados aqui apresentados.

Da mesma forma se deu com o Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2016, publicado pelo Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça em abril de 2017, quanto às metas do CNJ 1 (IPJ) e 6 (IACJ1).



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

METAS NACIONAIS DO CNJ (E METAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT7 COMPATÍVEIS)

Meta Nacional 1 (CNJ)/ Meta 6 (JT) (PEI-TRT7):

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPJ} = \frac{\text{Nº de Processos de Conhecimento Julgados}}{\text{Nº de Processos de Conhecimento Distribuídos}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: percentual de cumprimento for maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2016 e, no mínimo, mais um.

Grau de cumprimento: 98,58%, tendo o 1º Grau realizado 99,05% e o 2º Grau 95,60%. (após retificação)



Fonte: Sigest

Registre-se que houve equívoco no lançamento dos dados de dezembro de 2016 no Sistema do CNJ e no Sigest, redundando em que, no Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2016, assim como no Relatório Anual da Justiça do Trabalho – 2016, o resultado institucional figure ligeiramente diferente (98,55%).



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do TRT7 foi 96,94%, sendo 95,97% no 1º Grau e 103,12% no 2º Grau. Com os resultados de 2016, constatou-se incremento de 1,69% de desempenho institucional e de 3,21% no 1º Grau, contra decréscimo de 7,29% na produtividade do 2º Grau de Jurisdição.

Embora tenha havido crescimento no desempenho institucional, registra-se que, no que concerne à redução no 2º Grau, há indícios de que as alterações recentemente introduzidas no Código de Processo Civil e seus reflexos no âmbito trabalhista tenham contribuído para a retenção dos julgamentos no âmbito do 2º Grau, com as suspensões de processos pendentes de uniformização de jurisprudência, seja deste Regional, seja do Tribunal Superior do Trabalho.

O IPJ médio do grupo de Tribunais de Médio Porte foi de 94,96% em 2016, contra 96,96% em 2015.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta Nacional 2 (CNJ)/ Meta 7 (JT) (PEI-TRT7):

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos 1º e 2º Graus.

Indicador: Índice de Processos Antigos (IPA)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPA} = \frac{\text{Processos Antigos Julgados}}{\text{Processos Antigos Distribuídos}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: grau de cumprimento igual ou superior a 100%.

Grau de cumprimento: 101,07%, sendo que o 1º Grau conseguiu 101,26% de desempenho e o 2º Grau 100,36%. **META CUMPRIDA.** (após retificações)



Fonte: Sigest

O Relatório Anual da Justiça do Trabalho – 2016, emitido antes das retificações no Sigest, espelha resultado distinto, 87%, que equivaleria a 96,67% de desempenho. O correto é o aqui indicado, conforme atesta o próprio Sistema de Gestão Estratégica.

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do TRT7 foi 97,25%; 98,29% no 1º Grau e 90,11% no 2º Grau. Com os resultados de 2016, constatou-se incremento de 3,93% de desempenho institucional, de 3,02% no 1º Grau e de 11,37% no 2º Grau de Jurisdição.

Já em 2015, o resultado fora limítrofe; em 2016, com o acompanhamento dos indicadores, bateu-se a meta, julgando-se 193 processos além dos necessários para o seu alcance.

Dos 24 Regionais, apenas dois não alcançaram esta meta.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta Nacional 3 (CNJ)/ Meta 9 (JT) (PEI-TRT7):

Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais (= 43,62%).

Indicador: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (**ICONc**)

Fórmula simplificada:

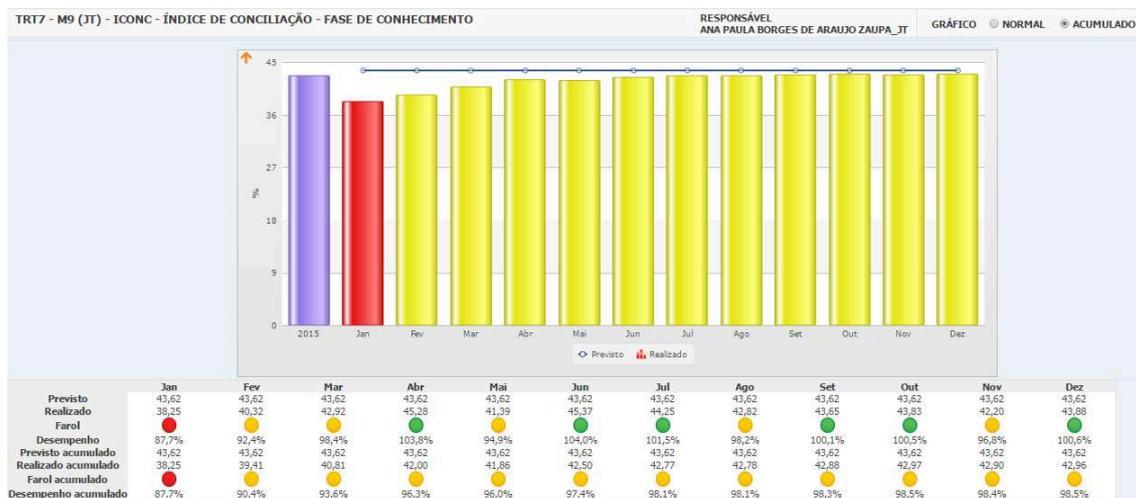
$$\text{ICONc} = \frac{\text{Conciliações}}{\text{Solucionados}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: A meta estará cumprida se no final de 2016 o cumprimento for igual ou maior que 100%.

Observação: se o índice atingir valor igual ou superior a 45%, a meta será considerada cumprida.

Resultado: 42,96%

Grau de cumprimento: 98,49%.



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do TRT7 foi de 99,92%; decréscimo sutil, de 1,43% em 2016.

Apesar da redução percentual, o número de sentenças homologatórias de acordos cresceu 20,02% contra 18,96% do número de processos solucionados, de 2015 para 2016.

A meta é bastante desafiadora, uma vez que objetiva a realização de conciliação em mais de 40% dos processos, sem descontar as ações arquivadas.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Para o exercício de 2017 haverá correção dessa distorção, em consonância com as metas do CNJ aprovadas no X Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Meta Nacional 5 (CNJ)/ Meta 11 (JT) (PEI-TRT7):

Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

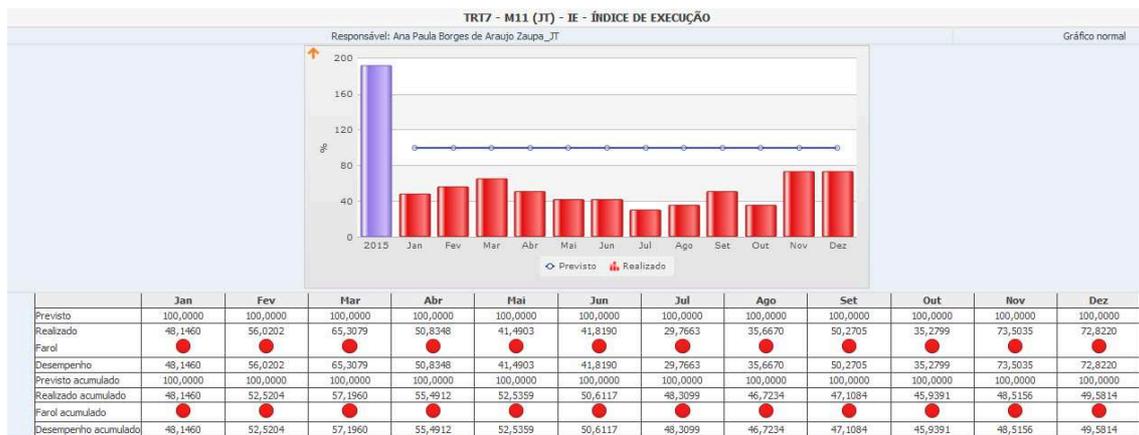
Indicador: Índice de Execução (IE)

Fórmula simplificada:

$$IE = \frac{\text{Nº de Execuções Baixadas}}{\text{Nº de Execuções Iniciadas}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: A meta estará cumprida se no final de 2016 o cumprimento for igual ou maior que 100%.

Grau de cumprimento: 49,58%.



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do TRT7 foi de 184,13%; decréscimo de 73,07% em 2016.

Atribui-se a queda abrupta no desempenho a alteração na metodologia de apuração das variáveis integrantes do indicador.

Até junho de 2016, a redação do glossário de metas do CNJ não deixava claro que os processos que fossem suspensos apenas poderiam ser computados como baixados se já houvessem sido informados, no ano de referência, como “casos novos” ou “entrando na meta” no mesmo ano.

Essa falta de clareza possibilitava viés indevido no indicador, conduzindo à interpretação equivocada de que o desempenho estava bom (processos de execução



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

sendo baixados), quando na verdade o que havia era quantitativo elevado de processos suspensos.

Isso contribuiu, certamente, para o elevado percentual de cumprimento de 2015 e, corrigido, mediante o Comunicado 991 do CNJ e a versão 2 do Glossário de Metas (explicitou o ingresso anterior, nas perguntas P5.7 e P5.8), revelou o baixo grau de cumprimento em 2016.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.	Segmento
P5.1	Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.2	Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.3	Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.4	Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.5	Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.6	Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.7	Número total de processos de execução não fiscal informados em P5.1 e P5.5 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	TRTs e TST
P5.8	Número total de processos de execução fiscal informados em P5.2 e P5.6 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	TRTs e TST



Metas Nacionais do Poder Judiciário - 2016
 Glossário e Esclarecimentos - TRTs e TST
 Versão 2 – Junho / 2016

Controle de versões

Versão	Autor/Revisor	Data	Revisão
1	DGE		• Primeira versão.
2	DGE	10/06/2016	• Alteração das perguntas P5.7 e P5.8 da Meta 5 (Comunicado 991)



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta Nacional 6 (CNJ)/ Meta 8 (JT) (PEI – TRT7):

Priorizar o julgamento das Ações Coletivas

No 1º Grau: Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

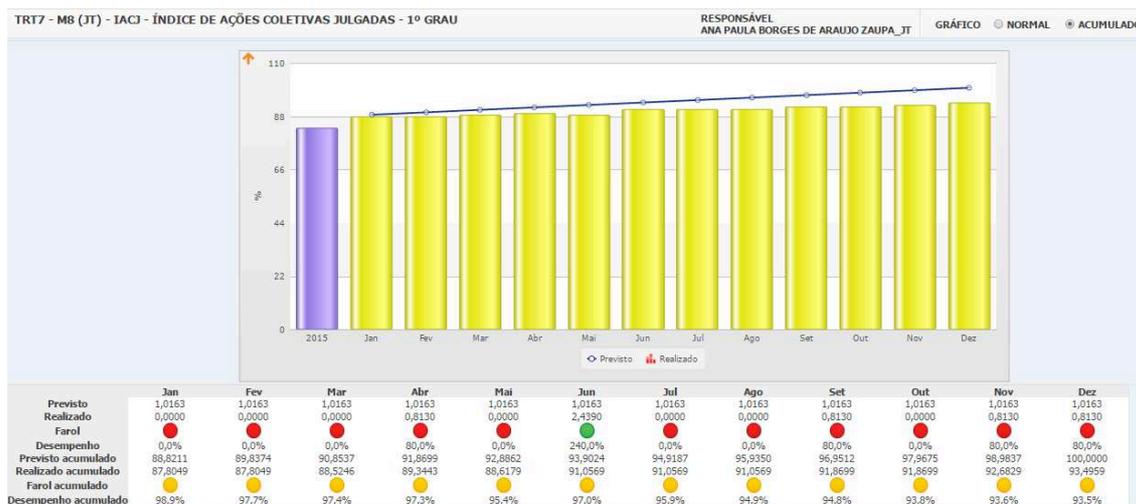
Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas de 1º Grau (**IACJ1**)

Fórmula simplificada:

$$\text{IACJ1} = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas no 1º Grau}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas no 1º Grau}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: grau de cumprimento igual ou superior a 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

Grau de cumprimento: 93,50% (após retificações)



Fonte: Sigest

Solicitou-se reabertura do Sistema do CNJ para retificação de dados, o que ainda não se deu; por tal motivo, no Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2016, o resultado institucional figurou com o montante defasado, 80,77%, e no Relatório Anual da Justiça do Trabalho – 2016, constou o valor arredondado de 81%.

No 2º Grau: Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014.

Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas de 2º Grau (**IACJ2**)

Fórmula simplificada:

$$\text{IACJ2} = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas no 2º Grau}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas no 2º Grau}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: grau de cumprimento igual ou superior a 100%.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Grau de cumprimento: 100%. META CUMPRIDA no 2º Grau.



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do IACJ1 foi de 94,92%; decréscimo de 1,50% em 2016.

Verificou-se que muitos processos não estão com os andamentos corretos, impossibilitando a devida apuração pelo sistema SICOND/e-Gestão, prejudicando a apuração da Meta.

Constatado, ainda, baixo número (sete) de julgamentos, pertinentes à meta, no decorrer de 2016; pretende-se conduzir, em 2017, acompanhamento periódico dos dados, a fim de garantir melhores resultados no corrente exercício.

Os processos alvo da meta para o 2º Grau já iniciaram o exercício de 2016 julgados.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta Nacional 7 (CNJ)/ Meta 10 (JT) (PEI-TRT7):

Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

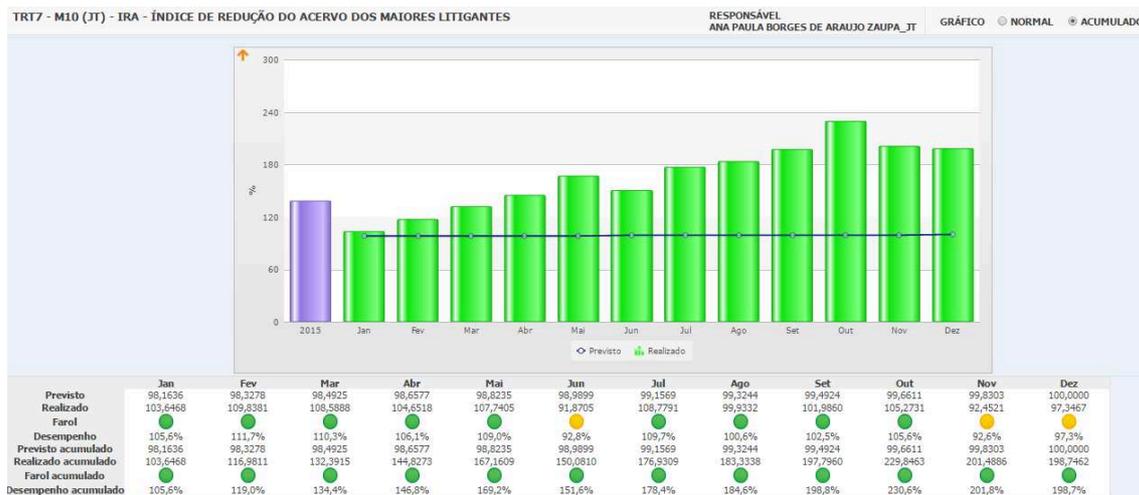
Indicador: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

Fórmula simplificada:

$$\text{IRA} = \frac{(\text{Processos pendentes de julgamento em 2015} \times 0,98)}{\text{Pendentes de jcto em 2015} + \text{Distribuídos} - \text{Julgados}} \times 100$$

Critério de Cumprimento: grau de cumprimento igual ou superior a 100%.

Grau de cumprimento: 198,75%, sendo que o 1º Grau conseguiu 213,09% de desempenho e o 2º Grau 171,33%. **META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o grau de cumprimento do IRA foi de 86,69% no 1º Grau, e de 193,90% no 2º Grau de Jurisdição; o resultado institucional fora de 129,41%, apontando para um incremento de 53,58% em 2016.

O Relatório de Resultados do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, de 2016 registrou, em destaque, que o TRT7 teve maior índice de redução do acervo dos dez maiores litigantes da Justiça do Trabalho em 2016, tendo cumprido a meta também em 2015.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

METAS DO CNJ ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (E METAS DA JT E DO PEI-TRT7 COMPATÍVEIS)

Meta Específica CNJ para a JT/ Meta 4 (JT) (PEI-TRT7):

Reduzir o tempo médio de duração do processo, no **2º Grau**, em relação ao ano base 2014 (**243,6 dias**), para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias (TRT7): em 2%.

Indicador: Tempo médio de duração do processo no 2º Grau (TMDP2)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP2} = \frac{\text{Somatório (Data da baixa – data da autuação/recebimento)*}}{\text{Nº de Processos Baixados}} \times 100$$

* Dos processos baixados no 2º Grau, no ano.

Critério de cumprimento: prazo médio igual ou inferior a 239 dias.

Resultado: 291 dias

Grau de cumprimento: 78,10%



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o TMDP2 realizado foi de 288 dias contra 241 dias da meta, ou 80,49%; em 2016, realizou-se prazo médio de 291 dias contra a meta de 239 dias, com grau de cumprimento de 78,10%.

O resultado espelhou decréscimo de desempenho de 2,97%, em relação a 2015, retratando um distanciamento maior ainda da meta estabelecida.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Em seu relatório de resultados de 2016, o CSJT, após indicar o resultado médio da Justiça do Trabalho de **240 dias** (4 dias acima da meta, de 236 dias), constatou que, dos 24 Tribunais, apenas três cumpriram a meta, outros cinco ficaram na faixa de 10% aquém da meta e os 16 restantes ficaram com TMDP2 com desempenho inferior a 90%.

Os tempos médios dos tribunais, segundo o porte, foi de 248 dias para o grande porte, 234 dias para o médio e 224 para o pequeno porte.

Ante a constatação do crescimento do tempo médio ocorrido na maioria dos tribunais regionais, comparando-se os anos base de 2015 e 2016, o Conselho Superior analisou o desempenho dos regionais sob dois principais ângulos:

1. Não encontrou proporcionalidade entre o volume de processos baixados e o tempo de duração do processo no 2º Grau, havendo regionais com elevada quantidade de processos baixados e menores médias de tempo.

2. Desdobramento do tempo médio em quatro fases, buscando auxiliar na observação de pontos de maior dificuldade sujeitos a aperfeiçoamento do processo de trabalho ou a melhorias capazes de impactar na diminuição do tempo médio final.

Apenas as fases destacadas pelo Conselho, porém, não parecem revelar o efetivo problema, já que comparando os tempos dos 4 tribunais citados como parâmetro (TRTs da 3ª, 15ª, 19ª e 20ª Regiões) com os do TRT7, percebe-se que, nas 4 fases, os tempos do TRT7 são menores que os do TRT20, mas nosso prazo médio é de 291 dias, e o do TRT20 de 237 dias.

TRT	Da distribuição até a restituição pelo Relator	Do recebimento para inclusão em pauta até o julgamento	Da autuação até o julgamento	Do julgamento até a publicação do Acórdão	Da autuação até a baixa
3ª	40	14	61	9	139
7ª	94	28	127	15	291
15ª	72	56	136	15	263
19ª	83	18	101	9	209
20ª	111	30	138	16	237

Fonte: Relatório de Resultados de 2016 da JT/ CSJT.

A análise deverá perpassar outros elementos e perspectivas, a exemplo do realizado mediante relatórios específicos para o 2º Grau desenvolvidos no SICOND, com vistas à realização do 2º Encontro de Assessores de Desembargadores do TRT7, dia 8/12/2016, em que se verificou sua mobilização a identificar e solucionar os problemas do andamento dos processos no 2º Grau do Tribunal.

O próprio monitoramento, e a atenção voltada aos resultados levados a efeito a partir de outubro de 2016, já produziram sensível melhora nos tempos médios realizados nos meses componentes do 4º trimestre do exercício (257, 236 e 246 dias, respectivamente em outubro, novembro e dezembro).



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta Específica CNJ para a JT/ Meta 5 (JT) (PEI-TRT7):

Reduzir o tempo médio de duração do processo no **1º Grau**, na fase de conhecimento, em 1%, em relação ao ano base 2014 (**123 dias**)

Indicador: Tempo médio de duração do processo no 1º Grau – Fase de Conhecimento (TMDP1c)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP1c} = \frac{\text{Somatório (Data da sentença* - data do ajuizamento*)}}{\text{Nº de Processos com Sentenças Prolatadas}} \times 100$$

* Dos processos com sentença prolatada, no 1º Grau, no ano.

Critério de cumprimento: prazo médio igual ou inferior a 122 dias.

Resultado: 132 dias

Grau de cumprimento: **92,16%**



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o TMDP1 realizado também foi de 132 dias contra 123 dias da meta, ou 92,68%; apesar do discreto decréscimo no desempenho de 0,56%, o 1º Grau manteve o prazo médio realizado, em 2016.

Conforme especifica o Relatório de Resultados de 2016 da Justiça do Trabalho, o resultado médio do TMDP1c da Justiça do Trabalho de **223 dias** (29 dias acima da meta, de 194 dias); dos 24 Tribunais, apenas seis cumpriram a meta, outros três ficaram na faixa de 10% aquém da meta (dentre eles o TRT7) e os 15 restantes ficaram com TMDP1c com desempenho inferior a 90%.

Os tempos médios dos tribunais, segundo o porte, foram de 244 dias para o grande porte, 205 dias para o médio e 172 para o pequeno porte.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Também no 1º Grau, o volume de sentenças prolatadas não é diretamente proporcional ao tempo médio do processo de conhecimento, verificando-se tribunais com maiores quantidades de sentenças prolatadas atingindo tempo médio menor do que outros com menor número de sentenças.

Da mesma forma que fora feito com o tempo do 2º Grau, o Conselho identificou e destacou fases no andamento do processo de conhecimento, visando encontrar pontos de maior dificuldade sujeitos a aperfeiçoamento do processo do trabalho ou outras melhorias aptas a impactar na diminuição do tempo médio final.

A meta tem por base o desempenho de 2014, então os números absolutos são bem díspares, e mesmo valores superiores aos do TRT7, podem refletir melhor desempenho, já que refletem a redução em relação ao prazo de cada Regional, em 2014. É o caso dos TRTs da 11ª e 12ª Regiões, que integram o grupo de Tribunais de Médio Porte com o TRT7, e apesar de haverem totalizado tempos médios de 1º Grau maiores, cumpriram a meta, ao contrário de nosso Regional:

TRT	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução processual	Da conclusão até a prolação da sentença	Do ajuizamento até a prolação da sentença	Redução de dias em relação à meta
7ª	74	53	36	132	+10 dias
11ª	103	58	15	149	-22 dias
12ª	100	128	19	220	-11 dias

Fonte: Relatório de Resultados de 2016 da JT/ CSJT.



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**

**METAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO PLANO ESTRATÉGICO
INSTITUCIONAL DO TRT7**

Meta 1 (JT) (PEI-TRT7):

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGov Pessoas.

Em 2016, a meta era estar no estágio inicial de governança de Pessoas.

Indicador: iGovPessoas

Resultado: 25,87% (estágio inicial) resultado divulgado ao final de março de 2017.

O levantamento anterior havia sido realizado em 2013, com nota de 27,13%, também correspondente ao estágio inicial.

Grau de cumprimento: 100%. META CUMPRIDA.

Análise crítica:

Em que pese a redução no percentual do iGov Pessoas, o grau de cumprimento do TRT7 foi de 100%, uma vez que a meta, para o exercício, era o enquadramento da organização no estágio inicial.

O resultado, no entanto, aponta para a urgência do desdobramento da Estratégia na área de Gestão de Pessoas, o que já se encontra em andamento, assim como da retomada de ações inativadas nos últimos exercícios, por restrição orçamentária ou de outra ordem.

Os “iGov”s são levantamentos elaborados pelo TCU, por meio de questionários, os quais visam avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão da Administração Pública Federal em cada área. Foca nos três mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle, e vêm sendo aplicado bianualmente.

No Relatório Individual do iGovPessoas do TRT7 – 2016, foram esclarecidos os estágios de capacidade no índice de Governança:

Estágios	Intervalos
Inexistente	0 a 19,99%
Inicial	20 a 39,99%
Intermediário	40% a 70%
Aprimorado	70,01 a 100%

Tabela 4. Intervalos segundo estágio de capacidade em cada fator



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta 2 (JT) (PEI-TRT7):

Aumentar, em 2016, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013, em dois pontos percentuais.

Indicador: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Fórmula simplificada:

$$\text{IEOD} = \frac{\text{Valor efetivamente liquidado, em 2016}}{\text{Total do orçamento disponibilizado}} \times 100$$

Critério de cumprimento: índice igual ou superior a 66,99%.

Resultado: 86,49%

Grau de cumprimento: 129,11% da meta. **META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

Análise crítica:

Em 2015, o IEOD realizado foi de 76,90%, representando um grau de cumprimento de 116,54% da meta, o que indica um incremento de 10,78% no percentual de realização do Tribunal, em 2016.

A redução do montante do orçamento, em 2016, na ordem de 22,48% (considerando apenas as variáveis do IEOD) em relação a 2015, e as medidas adotadas para garantir a máxima liquidação possível no exercício, tendo em vista os efeitos futuros para o orçamento do Tribunal, ante a PEC dos 20 anos, contribuíram inequivocamente para o resultado.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta 3 (JT) (PEI-TRT7):

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGov TI.

Em 2016, a meta era estar no estágio intermediário de governança de TI.

Indicador: iGovTI

Resultado: 58% (estágio intermediário), resultado divulgado ao final de junho de 2017.

O levantamento anterior havia sido realizado em 2014, com nota de 50%, também correspondente ao estágio intermediário.

Grau de cumprimento: 100%. META CUMPRIDA.

Análise crítica:

O resultado apontou para a melhoria contínua da governança de TI no âmbito do TRT7.

No Relatório Individual do TRT7 – 2016 foram esclarecidos os estágios de capacidade no índice de Governança de TI, inclusive com indicação de mudança de parâmetro a partir de 2014:

Tabela 5. Comparativo entre os níveis de capacidade

Nível de capacidade	2010 e 2012	2014 e 2016
Inicial	$0,00 \leq \text{iGovTI} < 0,40$	$0,00 \leq \text{iGovTI} < 0,30$
Básico	-	$0,30 \leq \text{iGovTI} < 0,50$
Intermediário	$0,40 \leq \text{iGovTI} < 0,60$	$0,50 \leq \text{iGovTI} < 0,70$
Aprimorado	$0,60 \leq \text{iGovTI} \leq 1,00$	$0,70 \leq \text{iGovTI} \leq 1,00$

Meta 12 (JT) (PEI-TRT7):

Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais até 2020.

Indicador: iGov

Resultado: Em 2016 não houve apuração desse indicador; o último resultado divulgado foi de 2014, nota de 29%, correspondente ao estágio inicial.

Os “iGov”s são levantamentos elaborados pelo TCU, por meio de questionários, os quais visam avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão da Administração Pública Federal em cada área. Foca nos três mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle, e vêm sendo aplicado bianualmente.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Meta 13 (JT) (PEI-TRT7):

Atingir e manter pontuação entre 60 e 75 em 2016.

A meta 13 espelha o desempenho atingido pelo tribunal em todas as metas acompanhadas.

Indicador: Índice de Alcance das Metas (**IAM**)

Fórmula: $IAM = (MP1) + (MP2 \times 2) + (MP3 \times 3)$

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (iGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ – 1º Grau)	Meta 5 (TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 8 (IACJ – 2º Grau)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 9 (ICONc)	Meta 11 (IE)
	Meta 10 (IRA)	

Registre-se que, no plano original a meta era de atingir e manter a pontuação entre **58 e 72**, até 2020. 72 era a pontuação máxima para 12 metas, e 58, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.

Após a revisão formalizada mediante a Res. CSJT 157/2015, e a edição do Glossário do Plano Estratégico da JT, versão 1.0, de 16/3/2016, a faixa de cumprimento foi alterada para **62 a 78**, em razão da duplicação do indicador IACJ. 78, pontuação máxima para 13 metas, e 62, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.

De outra parte, esclareceu o glossário que os iGovs deveriam ser desconsiderados, se não divulgados.

Assim dispõem as observações 1 a 3 da Meta 13, do Glossário de Indicadores da JT, versão 1.1 de 19/10/2016:

Obs.1: valores inferiores a 80% da meta fixada não receberão pontuação.

Obs. 2: tendo em vista a necessidade de considerar duas metas para o Índice de Ações Coletivas Julgadas – IACJ, uma para o 1º e outra para o 2º grau de jurisdição, a meta de 58 e 72 pontos, inicialmente estabelecida, foi recalculada para 62 e 78 pontos.

Obs. 3: Até que sejam divulgados os resultados referentes ao iGov, iGovTI e iGovPessoas pelo Tribunal de Contas da União, as pontuações dos referidos índices serão desprezadas para o cálculo do Índice de Alcance das Metas (IAM).

Desse modo, em decorrência da não realização ou não divulgação do levantamento referentes ao **iGov** em 2016, e com a desconsideração do referido indicador no cálculo do IAM, a faixa da meta, que anteriormente era situada “entre 62 a 78 até 2020”, resultara alterada para **60 a 75**. 75 será a pontuação máxima para 12 das 13 metas, excluído apenas o iGov, e 60, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

Registre-se, por fim, que na apuração do IAM, as metas, qualquer que fosse seu peso, são pontuadas com 1 ponto, se situadas entre 80% e 90%; com 2 pontos, se entre 90% e 99,99%, e com 3 pontos se alcançassem 100% ou mais.

Resultado: 47 pontos

Grau de cumprimento: 78,33% da meta (de 60 pontos). (após retificação)



Fonte: Sigest

No Sigest, conforme figura acima, consta 41 pontos, posto que ainda não computados, pelo CSJT, os resultados referentes ao realizado nos Objetivos Estratégicos 1 (iGov de Pessoas em estágio inicial) e 3 (iGov de TI em estágio intermediário), com o que se totalizam 47 pontos.

Análise crítica:

Em 2015, o IAM realizado foi de 51 pontos, representando um grau de cumprimento de 92,73% da meta; em 2016, a não consideração dos resultados inferiores a 80%, com peso 3, aliada à inclusão dos resultados de iGov (Pessoas e TI), resultou em 47 pontos.

METAS PESO 1	P*	= P x 1	METAS PESO 2	P*	= P x 2	METAS PESO 3	P*	= P x 3
1 - iGovPessoas	3	3	7 - IPA	3	6	4 - TMDP2	0	0
2 - IEDO	3	3	8.1 - IACJ1	2	4	5 - TMDP1	2	6
3 - iGovTI	3	3	8.2 - IACJ2	3	6	6 - IPJ	2	6
12 - iGov	0	0	9 - Iconc	2	4	11 - IE	0	0
			10 - IRA	3	6			
		9			26			12
TOTAL								47

* Pontuação

Fonte: SGE/TRT7



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

RESUMO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PEI – TRT7

Indicador N°	Denominação do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto (2016)	Índice Observado (2016)	Grau de Cumprimento da Meta
Objetivo Estratégico 1: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida					
1	iGov de Pessoas	Inicial – 27,13% (2013)	Inicial (entre 20 e 39,99%)	Inicial (25,87%)	100%
Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar a gestão de custos					
2	Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)	64,99% (2014)	66,99%	86,49%	129,11%
Objetivo Estratégico 3: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC					
3	iGovTI	Intermediário – 50% (2014)	Intermediário (entre 40% e 70%)	Intermediário (58%)	100%
Objetivo Estratégico 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional					
4	Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância	243,6 dias (2014)	239 dias	291 dias	78,10%
5	Tempo médio de duração do processo – 1ª Instância – Fase de conhecimento	123 dias (2014)	122 dias	132 dias	92,16%
6	Índice de Processos Julgados – IPJ	Não se aplica	100% + 1	98,58%*	98,58%
7	Índice de Processos Antigos – IPA	Não se aplica	90%	90,96%*	101,07%
8.1	Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau – IACJ1	Não se aplica	100%	93,50%*	93,50%
8.2	Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau – IACJ2	Não se aplica	100%	100%	100%
Objetivo Estratégico 5: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociações de conflitos					
9	Índice de conciliação – Fase de conhecimento (ICONc)	40,62% (2014)	43,62%	42,96%	98,49%
Objetivo Estratégico 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes					
10	Índice de Redução de Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)	Não se aplica	100%	198,75%	198,75%
Objetivo Estratégico 7: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais					
11	Índice de Execução – IE	Não se aplica	100% + 1	49,58%	49,58%
Objetivo Estratégico 8: Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção					
12	iGov	Inicial – 29% (2014)	Inicial – 32%	nd	Não se aplica
Objetivo Estratégico 9: Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania					
13	Índice de Alcance das Metas (IAM)	Não se aplica	60	47*	78,33%

Legendas:

nd – dado não disponível

* Após retificação.

Fontes: SIGEST, TCU e Secretaria de Gestão Estratégica